

JUS Aulas 

**MAGISTRATURA FEDERAL - TRF**

**Simulado Objetivo 1**

**Gabarito e Comentários**

## Gabarito



Anotações

1	E	21		41		61		81	
2	D	22		42		62		82	
3	D	23		43		63		83	
4	A	24		44		64		84	
5	E	25		45		65		85	
6	E	26		46		66		86	
7	D	27		47		67		87	
8	C	28		48		68		88	
9	E	29		49		69		89	
10	D	30		50		70		90	
11	A	31		51		71		91	
12	D	32		52		72		92	
13	B	33		53		73		93	
14	E	34		54		74		94	
15	D	35		55		75		95	
16		36		56		76		96	
17		37		57		77		97	
18		38		58		78		98	
19		39		59		79		99	
20		40		60		80		100	



## DIREITO CONSTITUCIONAL

### 1. A respeito dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+, assinale a opção correta.

- A) Inexiste qualquer proteção criminal contra a homofobia, a transfobia e a violência baseada na orientação sexual e identidade de gênero, o que demonstra a falta de empenho do Estado no combate à violência e crimes de ódio contra as pessoas LGBTQIAPN+.
- B) O direito à liberdade de expressão e associação é mitigado para as pessoas LGBTQIAPN+, pois a legislação brasileira não permite a livre expressão da identidade de gênero e orientação sexual, dado o risco de desnaturalização da família tradicional.
- C) O direito à identidade de gênero é uma reivindicação histórica da comunidade LGBTQIAPN+, pois ainda hoje não há jurisprudência que reconheça o direito de as pessoas transgênero alterarem seu nome e gênero nos documentos oficiais sem a necessidade de cirurgia ou tratamento médico.
- D) O direito à adoção de filhos por casais LGBTQIAPN+ só é garantido mediante decisão judicial ou anuência expressa dos genitores.
- E) O casamento entre pessoas do mesmo sexo é legal e deve ser reconhecido em todo o país, o que garante aos casais LGBTQIAPN+ os mesmos direitos e proteções legais concedidos aos casais heterossexuais.

#### GABARITO: E

#### COMENTÁRIOS:

A) **ERRADO.** Diferentemente do que foi afirmado na alternativa, o STF reconhece proteção criminal para as pessoas LGBTQIAPN+ na medida em que admite tipificação penal com base na Lei que define crimes de preconceito. Vejamos o que diz a jurisprudência sobre o tema:

1. Até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da República, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na



Lei nº 7.716, de 08/01/1989, constituindo, também, na hipótese de homicídio doloso, circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe (Código Penal, art. 121, § 2º, I, “in fine”); **(ADO 26/DF)**

B) **ERRADO**. A liberdade de expressão é um direito fundamental assegurado no art. 5º, IX, da CF/88, senão vejamos:

**Art. 5º (...)**

**IX** - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

Dessa forma, as pessoas LGBTQIAPN+ têm direito à livre expressão de sua identidade de gênero.

C) **ERRADO**. Vejamos entendimento do STF em tese de Repercussão Geral, transcrito abaixo:

I) O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, **não se exigindo**, para tanto, **nada além da manifestação de vontade do indivíduo**, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa; **(Tema 761)**

D) **ERRADO**. Vejamos o que decidiu o STF no julgamento do RE 846.102:

1. Se as uniões homoafetivas já são reconhecidas como entidade familiar, com origem em um vínculo afetivo, a merecer tutela legal, **não há razão para limitar a adoção**, criando obstáculos onde a lei não prevê.  
 (...)

E) **CERTO**. Segundo entendimento do STF na ADI 4277, bem como da ADPF 132:

O caput do art. 226 confere à família, base da sociedade, especial proteção do Estado. (...) Família em seu coloquial ou proverbial significado de núcleo doméstico, pouco importando se formal ou informalmente constituída, ou se integrada por casais heteroafetivos ou por pares homoafetivos. A Constituição de 1988, ao utilizar-se da expressão “família”, não limita sua formação a casais heteroafetivos nem a formalidade cartorária, celebração civil ou liturgia religiosa. (...) **Isonomia entre casais heteroafetivos e pares homoafetivos** que somente ganha plenitude de sentido se desembocar no igual direito subjetivo à formação de uma autonomizada família. Família como figura



Anotações

central ou continente, de que tudo o mais é conteúdo. Imperiosidade da interpretação não-reducionista do conceito de família como instituição que também se forma por vias distintas do casamento civil. Avanço da Constituição Federal de 1988 no plano dos costumes. Caminhada na direção do pluralismo como categoria sócio-político-cultural. Competência do Supremo Tribunal Federal para manter, interpretativamente, o Texto Magno na posse do seu fundamental atributo da coerência, o que passa pela eliminação de preconceito quanto à orientação sexual das pessoas.

## 2. Com base no princípio da igualdade previsto na CF e na sua interpretação conforme a doutrina, julgue os itens que se seguem.

- I. A desigualdade de tratamento é essencial para que se alcancem os resultados mais próximos daquilo que pode ser a igualdade entre todos.
- II. A tributação, sendo política pública, deve obedecer ao princípio da igualdade e aos objetivos da República Federativa do Brasil.
- III. A distinção entre pessoas cisgênero e transgênero não pode ser levada em consideração na formulação de políticas públicas.
- IV. A política de cotas raciais insere-se na discriminação positiva e poderá ser realizada conforme assento constitucional.

Estão certos apenas os itens

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) I, II e IV.
- E) I, III e IV.

**GABARITO: D**

**COMENTÁRIOS:** Para solucionar a questões analisaremos cada item separadamente.

**I. CERTO.** Conforme a concepção da igualdade aristotélica, que preza por "tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade", o Supremo Tribunal Federal apresentou uma interpretação que respaldou a constitucionalidade das políticas de ação afirmativa. Isso ocorreu no contexto da admissão de estudantes nas instituições de ensino superior e no recrutamento de funcionários públicos, como exemplificado no caso emblemático da ADPF 186.



**II. CERTO.** A tributação representa uma das opções ao alcance do Estado para arrecadar recursos destinados à promoção do bem-estar geral e do interesse público. Portanto, é crucial que as obrigações fiscais sejam aplicadas de maneira equitativa, evitando sobrecarregar certos indivíduos em detrimento de outros. Essa abordagem é essencial para concretizar os objetivos fundamentais da República, conforme estabelecido no artigo 3º da Constituição Federal de 1988.

**III. ERRADO.** É incumbência do Estado incorporar a desigualdade enfrentada por pessoas transgêneros na elaboração de políticas públicas, visando retificar distorções, promover a igualdade e combater a discriminação direcionada a esse grupo.

**IV. CERTO.** Conforme explicado na alternativa I, as cotas raciais representam um caso de ação afirmativa ou discriminação positiva, que visa a redução das desigualdades históricas na sociedade brasileira. É importante ressaltar que a constitucionalidade dessas políticas já foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na decisão da ADPF 186, proferida em 26 de abril de 2012. Portanto, correta a alternativa D.

**3. No que se refere à arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), assinale a opção correta.**

- A) O princípio de subsidiariedade torna inadmissível a ADPF quando houver qualquer via processual, de caráter difuso ou concentrado, hábil a levar ao Poder Judiciário determinado contencioso constitucional.
- B) A ADPF desempenha importante papel no controle concentrado de constitucionalidade, por permitir levar ao STF contenciosos constitucionais pertinentes ao direito pré-constitucional e ao direito municipal.
- C) Os preceitos fundamentais passíveis de controle por meio de ADPF são precisamente aqueles elencados no art. 5.º da CF e as cláusulas pétreas.
- D) O Analogamente ao que se exige para admissão de ação declaratória de constitucionalidade, em ADPF o autor precisa demonstrar controvérsia judicial relevante acerca do tema constitucional.
- E) No caso de ADPF em que se questione ato jurídico federal em face da CF, a legitimidade passiva para responder à ação será necessariamente do Congresso Nacional.

**GABARITO: D**

**COMENTÁRIOS:**



A) **ERRADO.** De acordo com o art. 4º, § 1º da Lei nº 9.882/1999:

**Art. 4º (...)**

**§ 1º Não será admitida** argüição de descumprimento de preceito fundamental **quando houver qualquer outro meio eficaz** de sanar a lesividade.

O princípio de subsidiariedade, no âmbito das ADPFs, implica que essa via processual só deve ser acionada quando não houver outro meio eficaz de resolução do problema constitucional.

B) **CERTO.** Vejamos o que dispõe o art. 1º, parágrafo único, I da Lei nº 9.882/1999:

**Art. 1º (...)**

**Parágrafo único.** Caberá também argüição de descumprimento de preceito fundamental:

I - quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou **municipal**, incluídos os **anteriores à Constituição**;

C) **ERRADO.** Os preceitos fundamentais passíveis de controle por meio da ADPF não se limitam ao artigo 5º da CF, que abrange os direitos e garantias fundamentais. As ADPFs podem ser utilizadas para questionar a constitucionalidade de qualquer ato do Poder Público que viole preceitos fundamentais, incluindo normas constitucionais que não estejam restritas ao artigo 5º. Além disso, as cláusulas pétreas não são passíveis de controle por meio da ADPF, uma vez que não podem ser objeto de emendas à Constituição, e, portanto, são imutáveis.

D) **ERRADO.** Ao contrário do que sugere a alternativa, a ADPF não requer a demonstração de controvérsia judicial relevante para ser admitida. Diferentemente da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), a ADPF pode ser utilizada mesmo na ausência de controvérsia judicial, desde que sejam violados preceitos fundamentais da Constituição. Vejamos o que diz o art. 1º da Lei nº 9.882/99:

**Art. 1º** A argüição prevista no § 1º do art. 102 da Constituição Federal será proposta perante o Supremo Tribunal Federal, e terá por objeto evitar ou **reparar lesão a preceito fundamental**, resultante de ato do Poder Público.



E) **ERRADO**. A legitimidade passiva para responder a uma ação da ADPF nem sempre se restringirá ao Congresso Nacional. Isso ocorre porque os réus da ADPF são as autoridades, órgãos ou entidades envolvidas na prática do ato em questão ou na omissão contestada, e não são automaticamente direcionados ao Congresso Nacional.

**4. No que se refere às súmulas vinculantes e à sua disciplina na CF e Lei n.º 11.417/2006, assinale a opção correta.**

- a) À luz da Lei n.º 11.417/2006, o Supremo Tribunal Federal (STF) não pode editar súmula vinculante após julgamento de um único processo sobre determinada matéria constitucional.
- b) Uma vez aprovado enunciado de súmula vinculante, não há possibilidade legal de modulação de seus efeitos.
- c) Com a adoção das súmulas vinculantes por meio da Emenda Constitucional n.º 45/2004, o direito brasileiro perdeu a natureza de sistema de *civil law*.
- d) Além do defensor público-geral da União, os demais legitimados para propor a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante restringem-se aos mesmos legitimados para a propositura de ADI.
- e) Por possuir natureza não jurisdicional, o procedimento para edição de súmula vinculante não admite a figura do *amicus curiae*.

**GABARITO: A**

**COMENTÁRIOS:**

A) **CERTO**. Veja o que traz a CF:

**Art. 103-A.** O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

B) **ERRADO**. O STF pode modular os efeitos da súmula vinculante, por decisão de 2/3 dos seus membros. Vejamos o que diz a CF, a esse respeito:

**Art. 4º.** A súmula com efeito vinculante tem eficácia imediata, mas o Supremo Tribunal Federal, por decisão de 2/3 (dois terços) dos seus membros, poderá restringir os efeitos vinculantes ou decidir que só



**tenha eficácia a partir de outro momento**, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse público.

C) **ERRADO.** Apesar de sua relevância no sistema jurídico brasileiro, a súmula vinculante não suprime a necessidade de leis. Portanto, o sistema civil law continua sendo o sistema predominante no Brasil.

D) **ERRADO.** O rol de legitimados para propor súmula vinculante é mais extenso, contando com os tribunais superiores, tribunais de 2º grau, dentre outros. Confira o rol no art. 3º da Lei nº 11.417/2006.

E) **ERRADO.** A Lei nº 11.417/2006 prevê expressamente a possibilidade de participação do *amicus curiae*, senão vejamos:

**Art. 3º.**

(...)

§ 2º. No procedimento de edição, revisão ou cancelamento de enunciado da súmula vinculante, **o relator poderá admitir**, por decisão irrecorrível, a **manifestação de terceiros** na questão, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

9

**5. Um grupo conhecido como sangue azul organizou-se sob a forma de associação com fins paramilitares e, em seu estatuto, registrou claros propósitos de incitação a comportamentos antissemitas, defesa do holocausto e violência contra nordestinos. Ao tomar conhecimento disso, o Ministério Público propôs ação civil pública, requerendo a dissolução dessa associação. Considerando a situação hipotética anterior, assinale a opção correta à luz dos direitos, das garantias e dos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF)**

- A) Comprovada a atividade ilícita da associação constituída, um ato administrativo do poder público é suficiente para determinar a dissolução dela.
- B) É vedada a interferência do Poder Judiciário no funcionamento das associações, em razão do princípio da liberdade de associação.
- C) O funcionamento dessa associação viola o fundamento da República que consiste na promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- D) A justificativa de intervenção estatal no caso funda-se apenas no caráter paramilitar da referida associação.



E) A suspensão das atividades da associação pode ocorrer por decisão judicial ainda não transitada em julgado.

**GABARITO: E**

**COMENTÁRIOS:**

A) **ERRADO.** No que se refere à atuação das associações, a Constituição Federal de 1988 estabelece que a dissolução compulsória só pode ser determinada por meio de decisão judicial definitiva, ou seja, com trânsito em julgado. Quanto à suspensão, esta pode ser efetivada por decisão judicial.

**Art. 5º.**

(...)

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

B) **ERRADO.** Vejamos o que diz a Constituição:

**Art. 5º.**

(...)

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

C) **ERRADO.** A promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil que se pode conferir no artigo 3º, IV, CF/88. Os fundamentos da República Federativa do Brasil estão no artigo 1º, CF/88 e são a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político.

D) **ERRADO.** No enunciado ficou claro que a associação não possui fins lícitos. Sendo assim, a justificativa de intervenção estatal poderia ocorrer tanto por seus fins ilícitos, como por ter caráter paramilitar.

**Art. 5º.**

(...)

XVII - é plena a liberdade de associação para fins **lícitos, vedada a de caráter paramilitar;**

E) **CERTO.** A **suspensão** da associação poderá ocorrer por meio de decisão judicial. Vejamos o que traz a CF:

**Art. 5º.**



(...)

**XIX** - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, **exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;**

**6. Tomando conhecimento de que seria encenada uma peça teatral na cidade que retrataria uma tradicional figura cristã masculina como uma mulher negra, determinado grupo religioso requereu a proibição da estreia da referida peça, no que foram prontamente atendidos. Diante da situação hipotética apresentada, e levando-se em conta o que estabelece a Constituição Federal,**

A) somente a União poderia, mediante regra geral, restringir ou impedir a estreia da peça, mediante censura prévia, com fundamento na inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença.

B) somente por meio de lei é possível a censura prévia à liberdade de expressão e de criação artística, de sorte que o prefeito do município em questão não poderia ter proibido a estreia da peça de teatro.

C) somente o Estado poderia, mediante regra geral, restringir ou impedir a estreia da peça, mediante censura prévia, com fundamento em sua competência para exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão.

D) é admissível a proibição da estreia da peça, desde que se pretenda encená-la em local aberto ao público, hipótese em que a reunião de pessoas, ainda que pacífica, depende de aviso prévio e autorização da autoridade competente.

E) é inconstitucional a proibição da estreia da peça teatral, uma vez que é assegurada a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

**GABARITO: E**

**COMENTÁRIO:**

A questão versa sobre liberdade de expressão e encontra fundamento no art. 5º, IX da CF/88, que assim dispõe:

**IX** - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

Portanto, inconstitucional a proibição da estreia da peça teatral.

**7. Acerca dos direitos e das garantias fundamentais, em especial no que se refere à liberdade de expressão, julgue os itens seguintes consoante o entendimento do STF a respeito do tema.**



- I. A imunidade parlamentar, prevista no texto constitucional, assegura aos deputados e aos senadores o pleno exercício de sua liberdade de expressão em todas as circunstâncias em que vierem a expressar opiniões, palavras e votos.
- II. São inconstitucionais as condutas e as manifestações que tenham nítida finalidade de controlar ou mesmo de abolir a força do pensamento crítico.
- III. A liberdade de expressão é ilimitada em um Estado democrático de direito.
- IV. A garantia constitucional da imunidade parlamentar material depende da conexão existente entre o desempenho da função legislativa e as opiniões, as palavras e os votos emitidos pelos parlamentares.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item II está certo.
- C) Apenas os itens I e III estão certos.
- D) Apenas os itens II e IV estão certos.
- E) Apenas os itens III e IV estão certo.

**GABARITO: D**

**COMENTÁRIOS:** Para solucionar a questão analisaremos cada item separadamente.

**I. ERRADO.** A interpretação do STF de que a imunidade parlamentar se restringe aos atos praticados no exercício da função parlamentar é uma posição consolidada. Nesse sentido, temos o Inq. 510/DF.

**II. CERTO.** Nesse sentido, vejamos o que o STF decidiu nos Inq. 4921 e 4922:

(...) são inconstitucionais as condutas e manifestações que tenham a nítida finalidade de controlar ou mesmo aniquilar a força do pensamento crítico, indispensável ao regime democrático, quanto àquelas que pretendam destruí-lo, juntamente com suas instituições republicanas, pregando a violência, o arbítrio, o desrespeito à separação de Poderes e aos direitos fundamentais, em suma, pleiteando a tirania, o arbítrio, a violência e a quebra dos princípios republicanos, como se verifica pelas manifestações criminosas ora imputadas ao denunciado.

**III. ERRADO.** Nenhum direito fundamental é absoluto, conforme a doutrina majoritária e a jurisprudência.

**IV. CERTO.** Vejamos o que o STF decidiu a esse respeito:

Não incidência da imunidade parlamentar prevista no caput, do art. 53, da Constituição Federal. A jurisprudência da CORTE é pacífica no sentido de que a garantia constitucional da imunidade parlamentar material somente incide no caso de as manifestações guardarem conexão com o



Anotações

desempenho da função legislativa ou que sejam proferidas em razão desta; não sendo possível utilizá-la como verdadeiro escudo protetivo para a prática de atividades ilícitas. As condutas praticadas pelo parlamentar foram perpetradas em âmbito virtual, por meio da publicação e divulgação de vídeos em mídia digital (“YouTube”) durante todo o dia, com constante interação do mesmo, situação que configura crime permanente enquanto disponível ao acesso de todos, ainda que por curto espaço de tempo, permitindo a prisão em flagrante do agente. [INQ 4.781 Ref, rel. min. Alexandre de Moraes, j. 17-2-2021, P, DJE de 14-5-2021.]

Dessa forma, correta a alternativa D.

**8. Em relação aos direitos e às garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção correta.**

- A) Em virtude da laicidade do Estado, a CF veda a prestação de assistência religiosa às entidades de internação coletiva, sejam elas civis ou militares.
- B) De acordo com a CF, o sigilo das comunicações telefônicas não pode ser quebrado em nenhuma hipótese.
- C) É possível, nos termos da CF, que alguém seja privado de direitos por motivo de crença religiosa se, além de se eximir de obrigação legal a todos imposta, também se recusar a cumprir prestação alternativa.
- D) O direito de resposta assegurado constitucionalmente pela CF é proporcional ao agravo, abarcando os danos materiais e morais advindos da ofensa sem, contudo, abarcar o dano à imagem.
- E) O acesso à informação é um direito assegurado a todos, sendo expressamente vedado o sigilo da fonte.

**GABARITO: C**

**COMENTÁRIOS:**

A) **ERRADO.** Vejamos o que dispõe a CF:

**Art. 5º.**

(...)

**VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;**

B) **ERRADO.** Vejamos o que dispõe a CF:



**Art. 5º.**

(...)

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, **salvo**, no último caso, **por ordem judicial**, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer **para fins de investigação criminal ou instrução processual penal**;

C) CERTO.

**Art. 5º.**

(...)

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, **salvo se as invocar para eximir-se** de obrigação legal a todos imposta e **recusar-se** a cumprir **prestação alternativa**, fixada em lei;

D) ERRADO.

**Art. 5º.**

(...)

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por **dano material, moral ou à imagem**;

E) ERRADO.

**Art. 5º.**

(...)

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e **resguardado o sigilo da fonte**, quando necessário ao exercício profissional;

**9. Ronaldo praticou crime de tráfico ilícito de entorpecentes, tendo como mandante seu irmão, Luís. Sabe-se que Carolina poderia ter evitado referido crime, mas se omitiu. Com base apenas nas informações fornecidas, a Constituição Federal impõe à lei considerar o crime mencionado**

- A) afiançável, mas insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo apenas Ronaldo.
- B) inafiançável, mas suscetível de graça ou anistia, por ele respondendo apenas Ronaldo e Luís.
- C) inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo apenas Ronaldo e Luís.
- D) afiançável e suscetível de graça ou anistia, por ele respondendo Ronaldo, Luís e Carolina.



E) inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo Ronaldo, Luís e Carolina.

**GABARITO: E**

**COMENTÁRIOS:**

O crime de tráfico ilícito de entorpecentes é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, e a responsabilização abrange Ronaldo, Luís e Carolina. Vejamos o que a CF trouxe expressamente:

**Art. 5º.**

(...)

**XLIII** - a lei considerará crimes **inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia** a prática da tortura, **o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins**, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

**10. Laura reside apenas com o filho recém-nascido em sua casa. Em uma determinada segunda-feira à noite, enquanto ambos dormiam, a residência foi invadida, sem o consentimento de Laura, por policiais munidos de uma determinação judicial, para investigação da prática de um suposto crime de furto, o qual teria ocorrido três meses antes da data da referida invasão, não configurando flagrante delito. Em conformidade com a Constituição Federal, os policiais**

- A) poderiam ter penetrado no imóvel apenas para prestar socorro.
- B) poderiam ter penetrado no imóvel, pois possuíam determinação judicial.
- C) poderiam ter penetrado no imóvel em caso de flagrante delito, apenas.
- D) não poderiam ter penetrado no imóvel no período noturno, ainda que por determinação judicial.
- E) não poderiam ter penetrado no imóvel, mesmo que fosse durante o dia, uma vez que não houve o consentimento da moradora.

**GABARITO: D**

**COMENTÁRIO:**

Para resolução da questão, é exigido conhecimento acerca da inviolabilidade de domicílio. Vejamos o que diz CF:

**Art. 5º.**

(...)



Anotações

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, **salvo** em caso de **flagrante** delito ou **desastre**, ou para **prestar socorro**, ou, durante o dia, por determinação judicial;

**11. Um grupo de pais apresentou requerimento a determinado município, solicitando autorização para realizar manifestação pacífica na praça pública onde está sediada a prefeitura, a fim de protestar contra políticas públicas municipais. A autoridade pública competente negou o pedido, sob o fundamento de que frustraria outra reunião anteriormente convocada para o mesmo horário e local.**

**Nessa situação hipotética, para realizar a referida manifestação, o grupo de pais utilizou o instrumento**

- A) inadequado, porque o direito de reunião não requer autorização, mas apenas prévio aviso.
- B) inadequado, entretanto a autoridade competente não poderia ter negado o direito com base no fundamento utilizado.
- C) adequado, porque o direito de reunião requer prévia autorização administrativa, cabendo ao grupo ajuizar ação popular contra a decisão que negou o referido pedido.
- D) adequado, porque o direito de reunião requer prévia autorização administrativa, cabendo ao grupo impetrar habeas corpus contra a decisão que negou o referido pedido.
- E) adequado, porque o direito de reunião requer prévia autorização administrativa, cabendo ao grupo impetrar mandado de segurança contra a decisão que negou o referido pedido.

**GABARITO: A**

**COMENTÁRIOS:**

Para realizar a referida manifestação, o grupo de pais utilizou o instrumento inadequado, porque o direito de reunião não requer autorização, mas apenas prévio aviso. Nesse sentido, a CF traz:

**Art. 5º.**

**(...)**

**XVI** - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, **independentemente de autorização**, desde que não



frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas **exigido prévio aviso** à autoridade competente;

## 12. Considerada a disciplina da propriedade como direito fundamental e de aspectos correlatos na Constituição Federal,

A) cabe à lei assegurar proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, exceto nas atividades desportivas, sujeitas à autorregulamentação pelas entidades representativas das diferentes categorias.

B) caberá à autoridade competente, desde que mediante ordem judicial, usar de propriedade particular, em caso de iminente perigo público, assegurada indenização posterior ao proprietário, se houver dano.

C) a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, deve seguir procedimento estabelecido em lei, observada, sem ressalvas, a garantia de justa e prévia indenização em dinheiro.

D) a sucessão de bens estrangeiros situados no país será regulada pela lei pessoal do de cujus sempre que esta for mais favorável a cônjuge ou filhos brasileiros do que a lei brasileira.

E) é vedada a penhora da pequena propriedade rural para pagamentos de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, devendo seu desenvolvimento ser financiado pelos meios legalmente definidos.

**GABARITO: D**

**COMENTÁRIOS:**

**A) ERRADO.**

**Art. 5º.**

(...)

**XXVIII** - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, **inclusive** nas atividades desportivas;

**B) ERRADO.**

**Art. 5º.**

(...)

**XXV** - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização **ulterior**, se houver dano;



Anotações

C) **ERRADO.**

**Art. 5º.**

(...)

**XXIV** - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

D) **CERTO.**

**Art. 5º.**

(...)

**XXXI** - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus";

E) **ERRADO.** A impenhorabilidade da pequena propriedade rural depende da cumulação de dois requisitos: a) o bem deve ser explorado economicamente pela família; b) o débito que originou a penhora deve decorrer da atividade produtiva. É o que traz a CF no artigo transcrito abaixo:

**Art. 5º.**

(...)

**XXVI** - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de **débitos decorrentes de sua atividade produtiva**, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

**13. À luz do que dispõe a Constituição Federal sobre os direitos e deveres individuais e coletivos,**

A) é a todos assegurada, após o regular pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

B) a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

C) a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ainda que lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus.



D) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização prévia em dinheiro.

E) a lei não excluirá da apreciação do Poder Legislativo lesão ou ameaça a direito.

**GABARITO: B**

**COMENTÁRIOS:**

**A) ERRADO.**

**Art. 5º.**

(...)

**XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:**

**a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;**

**b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;**

**B) CERTO.**

**Art. 5º.**

(...)

**XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;**

**C) ERRADO.**

**Art. 5º.**

(...)

**XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus";**

**D) ERRADO.**

**Art. 5º.**

(...)

**XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização **ulterior**, se houver dano;**

**E) ERRADO.**

**Art. 5º.**

(...)



XXXV - a lei não excluirá da apreciação do **Poder Judiciário** lesão ou ameaça a direito;

**14. De acordo com a doutrina, assinale a opção que indica a primeira Constituição brasileira a prever a existência dos direitos sociais.**

- A) Constituição de 1988
- B) Constituição de 1891
- C) Constituição de 1946
- D) Constituição de 1937
- E) Constituição de 1934

**GABARITO: E**

**COMENTÁRIO:**

A **Constituição de 1934** foi a primeira a tratar sobre os direitos sociais, sob influência da Constituição de Weimar da Alemanha de 1919.

**15. A respeito da legitimidade ativa nas ações de controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.**

- A) Governador de estado, mesmo quando afastado cautelarmente de suas funções, tem legitimidade ativa para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade (ADI).
- B) Um dos requisitos para o reconhecimento da legitimidade de entidades de classe de âmbito nacional para o ajuizamento de ação declaratória de constitucionalidade (ADC) é a presença de associados em, pelo menos, oito estados federados.
- C) O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) é parte legítima para ingressar com ação direta de inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF).
- D) Partido político com representação no Congresso Nacional não dispõe de capacidade postulatória especial para propor ações em controle concentrado de constitucionalidade.
- E) Os Estados-membros incluem-se no rol dos legitimados a agir como sujeitos processuais em sede de controle concentrado de constitucionalidade.

**GABARITO: D**

**COMENTÁRIOS:**

A) **ERRADO.** Governador de Estado afastado cautelarmente de suas funções — por força do recebimento de denúncia por crime comum — **não tem legitimidade ativa** para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade.



STF. Plenário. ADI 6728 AgR/DF, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 30/4/2021 (Info 1015).

B) **ERRADO.** A jurisprudência do STF, afirma que apenas as entidades de classe com associados ou membros em pelo menos 9 (nove) Estados da Federação dispõem de legitimidade ativa para ajuizar ação de controle abstrato de constitucionalidade. Assim, não basta que a entidade declare no seu estatuto ou ato constitutivo que possui caráter nacional. **É necessário que existam associados ou membros em pelo menos 9 (nove) Estados da Federação.** Isso representa 1/3 dos Estados-membros/DF. Trata-se de um critério objetivo construído pelo STF com base na aplicação analógica da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (art. 7º, § 1º, da Lei nº 9.096/95). STF. Plenário. ADI 3287, Rel. Marco Aurélio, Relator p/ Acórdão Ricardo Lewandowski, julgado em 05/08/2020 (Info 988)

C) **ERRADO.** o CNPM **não tem legitimidade ativa nas ações de controle de constitucionalidade.** (art. 103 da CF/88)

D) **CERTO.** O STF entendeu que somente os partidos políticos e as confederações sindicais ou entidades de classe de âmbito nacional deverão ajuizar a ação por advogado (art. 103, VIII e IX). Quanto aos demais legitimados (art. 103, I-VII), a capacidade postulatória decorre da Constituição.

O Governador do Estado e as demais autoridades e entidades referidas no art. [103, I a VII](#), da [Constituição Federal](#), além de ativamente legitimados à instauração do controle concentrado de constitucionalidade das leis e atos normativos, federais e estaduais, mediante ajuizamento da ação direta perante o Supremo Tribunal Federal, possuem capacidade processual plena e dispõem, ex vi da própria norma constitucional, de capacidade postulatória. Podem, em consequência, enquanto ostentarem aquela condição, praticar, no processo de ação direta de inconstitucionalidade, quaisquer atos ordinariamente privativos de advogado ([ADI n. 127](#)-MC-QO, Rel. Min. Celso de Mello, j. 20.11.1989, DJ 04.12.1992).

E) **ERRADO.** Vejamos o que diz a jurisprudência:

DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE E ILEGITIMIDADE RECURSAL. 1. Intempestividade dos embargos de declaração, interpostos posteriormente ao trânsito em julgado do acórdão embargado. 2. Os



**Estados-Membros não se incluem no rol dos legitimados a agir como sujeitos processuais em sede de controle concentrado de constitucionalidade.** Não se admite, no modelo de processo objetivo, a intervenção de terceiros subjetivamente interessados no feito. 3. Agravo a que se nega provimento. (ADI 4420 ED-AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 05/04/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-103 DIVULG 25-05-2018 PUBLIC 28-05-2018)7

## DIREITO ADMINISTRATIVO

**16. Segundo expressa previsão legal, uma organização religiosa que se dedique a projetos de interesse público e de cunho social e se distinga das destinadas a fins exclusivamente religiosos é considerada**

- A) organização de sociedade civil de interesse público.
- B) entidade de apoio.
- C) organização da sociedade civil.
- D) serviço social autônomo.
- E) organização social.

**GABARITO: C**

### COMENTÁRIO:

A Lei nº 13.019/14 traz a resposta para a questão, veja a transcrição abaixo:

**Art. 2º** Para os fins desta Lei, considera-se:

**I - organização da sociedade civil:**

(...)

**c) as organizações religiosas** que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos;

**17. Acerca das organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), assinale a opção correta.**

- A) A qualificação de OSCIP destina-se às entidades que já executam serviços públicos.
- B) Quaisquer pessoas jurídicas de direito privado voltadas ao fortalecimento da democracia podem receber a qualificação de OSCIP.
- C) Constatado, a qualquer momento, o desaparecimento do interesse público na continuidade do vínculo da administração pública com a OSCIP, tal qualificação da entidade pode ser revogada por ato discricionário e sumário do poder público.



D) As OSCIP não podem ter finalidade lucrativa e são vinculadas à administração pública por meio de termo de parceria, para executar atividades de interesse público.

**GABARITO: D**

**COMENTÁRIOS:**

**A) ERRADO.** Não há essa restrição na Lei 9.790/99, que trata sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Veja a transcrição do artigo abaixo:

**Art. 2º** Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.

**B) ERRADO.** Observe que, para se qualificar como uma OSCIP, não basta apenas que sejam pessoas jurídicas de direito privado, mas sim pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos e em funcionamento regular há pelo menos 3 anos. Trouxemos transcrito abaixo o dispositivo legal da Lei 9.791/99, que corrobora com esse entendimento:

**Art. 1º** Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as **pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos** que tenham sido **constituídas** e se encontrem em **funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos**, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.

**C) ERRADO.** Em contraste com o que foi apresentado na alternativa, a perda da qualificação da OSCIP ocorrerá da seguinte maneira, conforme previsto na Lei 9.791/99:

**Art. 7º** Perde-se a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, **a pedido ou mediante decisão** proferida em processo administrativo ou judicial, de iniciativa popular ou do Ministério Público, no qual serão assegurados, **ampla defesa e o devido contraditório**.

**D) CERTO.** Exatamente como previsto no art. 1º, citado anteriormente, as OSCIPS não podem ter finalidade lucrativa. Veja abaixo a transcrição do art. 9º da Lei 9.791/99 que fala sobre o termo de parceria:



**Art. 9º** Fica instituído o **Termo de Parceria**, assim considerado o instrumento passível de ser **firmado entre o Poder Público** e as entidades qualificadas como **Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público** destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a **execução das atividades de interesse público** previstas no art. 3º desta Lei.

**18. No âmbito da legislação federal sobre parcerias entre a Administração Pública e organizações não governamentais, considera-se acordo de cooperação o instrumento firmado entre o Poder Público e**

- A) entidades qualificadas como organizações da sociedade civil de interesse público, destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução de atividades de interesse público previstas na lei das OSCIPs.
- B) organizações da sociedade civil, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco proposto pela Administração Pública, que envolvam a transferência de recursos financeiros.
- C) a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades contempladas na lei das Organizações Sociais.
- D) organizações da sociedade civil, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco proposto pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros.
- E) organizações da sociedade civil, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

**GABARITO: E**

**COMENTÁRIO:** Observe o que diz a Lei 13.019/14, no artigo transcrito abaixo:

**Art. 2º (...)**  
**(...)**

**VIII-A - acordo de cooperação:** instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a **consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros;**

**19. A disciplina jurídica da desapropriação indireta aplica-se**

- A) à expropriação legal do espólio no curso do inventário.
- B) à expropriação legal de ações de uma empresa privada.
- C) à alienação de bem para descaracterizar tredestinação.
- D) à expropriação legal de marca comercial de empresa.
- E) ao apossamento, pelo poder público, de bem imóvel de propriedade privada.

**GABARITO: E**



**COMENTÁRIO:** Segundo José dos Santos Carvalho Filho,

“desapropriação indireta é o fato administrativo pelo qual o **Estado se apropria de bem particular**, sem observância dos requisitos da declaração e da indenização prévia" (CARVALHO FILHO. J. S. **Manual de Direito Administrativo**. 28ª ed. São Paulo: Atlas, 2015, p. 904).

**20. Segundo a Constituição Federal, é passível de desapropriação a propriedade rural que não cumprir sua função social. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, os requisitos (1) da exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores, (2) do aproveitamento racional e adequado,**

A) (3) da utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente e (4) da observância das disposições que regulam as relações de trabalho.

B) (3) da observância das disposições que regulam o uso do solo e dos recursos hídricos e (4) da equilibrção estratégica entre a atividade agropecuária e a preservação de florestas e demais formas de vegetação nativa.

C) (3) do uso sustentável do solo, do subsolo e da água e (4) do respeito ao bem-estar das populações vizinhas.

D) (3) do proveito público, privado e coletivo de sua exploração e (4) do respeito aos princípios que regem a atividade econômica em geral.

E) (3) da destinação não exclusiva à formação de estoques imobiliários especulativos e (4) da regularidade de sua situação fiscal e tributária.

**GABARITO: A**

**COMENTÁRIO:** A questão pode ser resolvida apenas com a leitura do art. 186 da CF abaixo transcrito:

**Art. 186.** A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

**II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;**

**III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;**

**IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.**

**21. A propósito do procedimento da desapropriação, a redação vigente do Decreto-lei nº 3.365/1941 estatui que**



A) a desapropriação deverá se efetivar mediante acordo ou judicialmente, dentro de 5 (cinco) anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e, decorrido tal prazo, este caducará.

B) notificado administrativamente o expropriado, ele terá o prazo de 15 (quinze) dias para aceitar ou rejeitar a oferta de indenização, sendo que o silêncio será considerado aceitação.

C) a alegação de urgência deve constar obrigatoriamente do decreto de utilidade pública e obrigará o expropriante a requerer a imissão provisória dentro do prazo improrrogável de 120 (cento e vinte) dias a contar de sua publicação.

D) uma vez notificado pelo expropriante, o particular que não concordar com a indenização oferecida poderá optar por resolver a questão por mediação ou arbitragem.

E) a ação, quando a União for autora, será proposta no Distrito Federal ou no foro da Capital do Estado onde for domiciliado o réu, perante o juízo privativo, se houver; se for o Estado o autor, será proposta no foro da Capital respectiva; sendo outro o autor, no foro da situação dos bens.

**GABARITO: D**

**COMENTÁRIOS:**

**A) ERRADO.** Após o transcurso de cinco anos sem que tenha ocorrido a transferência do bem por meio de acordo entre as partes ou sem que tenha sido ajuizada a ação de desapropriação, a eficácia do decreto de declaração de utilidade pública se encerra. Vale ressaltar que, em caso de caducidade, somente após decorrido um ano será permitida uma nova declaração para o mesmo bem.

**Art. 10.** A desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou **intentar-se** judicialmente, dentro de cinco anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará.

**B) ERRADO.**

**Art. 10-A.** O poder público deverá notificar o proprietário e apresentarlhe oferta de indenização.

**§ 1º** A notificação de que trata o **caput** deste artigo conterà:

(...)

**IV** - informação de que o prazo para aceitar ou rejeitar a oferta é de 15 (quinze) dias e de que o silêncio será considerado **rejeição**;



Anotações

**C) ERRADO.** A urgência geralmente é estipulada no próprio decreto de desapropriação, mas pode ser alegada em momento posterior, mesmo quando a ação de desapropriação já estiver em andamento.

**Art. 15.**

(...)

§ 2º A alegação de urgência, que não poderá ser renovada, obrigará o expropriante a requerer a imissão provisória dentro do prazo **improrrogável de 120 (cento e vinte) dias.**

**D) CERTO.**

**Art. 10-B.** Feita a opção pela mediação ou pela via arbitral, o particular indicará um dos órgãos ou instituições especializados em mediação ou arbitragem previamente cadastrados pelo órgão responsável pela desapropriação.

**E) ERRADO.**

**Art. 11.** A ação, quando a União for autora, será proposta no Distrito Federal ou no foro da Capital do Estado onde for domiciliado o réu, perante o juízo privativo, se houver; sendo outro o autor, no foro da situação dos bens.